

ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL

150 anos



ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES
1863-2013

Patrocinador oficial
FUNDAÇÃO MILLENIUM BCP

Coordenação editorial: José Morais Arnaud, Andrea Martins, César Neves
Design gráfico: Flatland Design

Produção: DPI Cromotipo – Oficina de Artes Gráficas, Lda.
Tiragem: 400 exemplares
Depósito Legal: 366919/13
ISBN: 978-972-9451-52-2

Associação dos Arqueólogos Portugueses
Lisboa, 2013

O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores. Sendo assim a Associação dos Arqueólogos Portugueses declina qualquer responsabilidade por eventuais equívocos ou questões de ordem ética e legal.

Os desenhos da primeira e última páginas são, respectivamente, da autoria de Sara Cura e Carlos Boavida.

Patrocinador oficial



Apoio institucional



SÃO JOÃO DA PESQUEIRA: SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO DO TERRITÓRIO MEDIEVAL

André Donas-Botto / Mestre em Arqueologia e Território / adonasbotto@gmail.com

RESUMO

Nesta comunicação tentaremos explicar de forma resumida o trabalho por nós desenvolvido aquando da elaboração da nossa dissertação de mestrado com o intuito de receber o grau de mestre em Arqueologia e Território na especialização em Arqueologia Medieval. Para além de abordarmos a disciplina da *arqueologia extensiva* faremos uma breve menção aos métodos por nós aplicados, assim como os principais dados obtidos e conclusões. A existência de dois territórios medievais, a proposta de Paredes da Beira como Omina e a presença de um Eremitério alto-medieval em São Salvador do Mundo apresentam-se como os principais dados desta investigação.

ABSTRACT

In this communication we will try to explain briefly the work developed by us in our dissertation in order to receive a master's degree in *Arqueologia e Território* specialization in Medieval Archaeology. In addition to approach the discipline of archeology extensive we will briefly mention the methods applied by us, as well as key data and conclusions. The existence of two medieval territories, the proposed Paredes da Beira as Omina and the presence of a high-medieval Hermitage in St. Savior of the world present themselves as the main data of this investigation.

A presente comunicação pretende resumir a dissertação por nós realizada com o intuito de receber o grau de Mestre em Arqueologia e Território. Focamos a nossa atenção no actual concelho de São João da Pesqueira – São João da Pesqueira é um concelho na Região Norte e Sub-Região do Douro no limite setentrional do distrito de Viseu, sediado na vila do mesmo nome. Este concelho situa-se na margem esquerda do rio Douro, que o limita a norte. Os concelhos de Tabuaço, Sernancelhe, Penedono e Vila Nova de Foz Côa limitam-no a oeste, sudoeste, sudeste e este, respectivamente – no período Medieval. Decidimos incidir no período da *Reconquista*, focando a nossa atenção no reinado de Fernando Magno, sobretudo no que diz respeito à famosa *Campanha das Beiras*.

Levando a cabo uma breve contextualização arqueológica da nossa área de estudo. A ocupação mais antiga terá ocorrido entre os finais do V^o milénio ou inícios do IV^o milénio a.C. no abrigo da Fraga D´Aia em Paredes da Beira. Possivelmente, durante o mesmo período ter-se-á procedido à construção do *Dól-*

men I de Areita, Paredes da Beira Tal como os restantes testemunhos do megalitismo na nossa área de estudo, os conjuntos de São Domingos e Senhora do Vencimento nas freguesias de Castanheiro do Sul e Nagoselo do Douro respectivamente. No que respeita a povoados proto-históricos podemos visitar um total de onze. Neste território contamos com um total de vinte e um sítios atribuíveis ao período romano. Finalmente, para o período cronológico abordado no nosso estudo inicialmente estavam apenas identificados cinco sítios, que concernem apenas a baliza temporal da Idade Média. Estes relacionam-se estritamente com o “mundo da morte”. Falamos aqui de núcleos de sepulturas escavadas na rocha e sarcófagos pétreos, e uma estela funerária medieval existente na antiga igreja Matriz de Riodades. Acrescentamos ainda a este rol de sítios medievais a aldeia e Igreja abandonadas de Covas, na freguesia da Pereiros. De todo este conjunto, os vestígios mais significativos encontram-se distribuídos entre as freguesias de Paredes da Beira, com quase a totalidade dos sítios romanos e proto-históricos e o

sítio de S. Salvador do Mundo na freguesia de S. João da Pesqueira com ocupação humana entre a pré-história recente e a Idade Moderna. A este sítio se devem as primeiras referências bibliográficas no que respeita à arqueologia na nossa área de estudo. Estas devem-se a: André de Resende (Sé. XVI), Contador de Argote (Séc. XVII) e Pinho Leal e José Augusto Mendes (Séc. XIX) (Donas-Botto, 2012, pp.14-21). Tentamos abordar este *Território Medieval* numa postura extensiva sem recurso à escavação arqueológica. Não devemos esquecer que a Arqueologia Extensiva é vista como algo preventivo. Baseada sobretudo nos estudos que muitas vezes se tomam por precedentes à escavação. Devemos entender a Arqueologia Extensiva como uma Arqueologia não destrutiva, que vá de encontro à recolha de informações de cariz historiográfico, quer através das fontes escritas, bibliografia já publicada para determinado sítio, fontes orais; assim como se avancem com estudos de cariz arqueológico, arqueogeográfico e prospecções geofísicas (Donas-Botto, 2012, p.34). É com a Nova Arqueologia que os estudos de *Arqueologia Espacial* – de facto, o termo mais amplamente utilizado é *Arqueologia Espacial*, no entanto, recorremo-nos da utilização do término *Arqueologia Extensiva* empregado por André Bazzana (1994, p.7) – ganham protagonismo. São também os processualistas que dão ênfase aos estudos regionais, mais do que aos das estações isoladas (Alarcão, 1996, p.14). Sendo nos anos 70 do século passado através de investigadores como David Clarke e Ian Hodder que se dão os maiores avanços nesta disciplina. Muitas poderão ser as definições para esta “partição” da Arqueologia: Espacial, do Território, da Paisagem entre outras. O mais importante é focarmo-nos na sua incidência num aspecto “globalizante” na investigação, que propõe estudar todos os parâmetros de determinada realidade histórica. Esta distribuição terminológica leva-nos ao perigo de criar a aparência de estarmos perante diversas Arqueologias. Cada uma delas com a sua entidade própria, isolada (Donas-Botto, 2012, p.34). Estas “falsas Arqueologias” como G. Ruiz Zapatero e F. Burillo Mazota (1988, p.45) designam; levar-nos-iam a uma postura epistemológica extremamente perigosa. As “falsas arqueologias” não são mais do que aproximações específicas a objetos de estudo particulares de cada investigação, sobretudo no estudo do Território, que se deve também focar como um dos temas dentro da concepção globalizante da Arqueologia (*Ibidem*).

Numa perspectiva teórica, resultou da formulação de questões sobre padrões de distribuição de sítios, evolução do povoamento, ou aspectos de organização económica e social do passado, que exigiram a recolha sistemática de dados de superfície (Ribeiro, 2001, p.27). Neste campo devemos definir dois objectivos essenciais dentro do âmbito geral da Arqueologia Extensiva: um estático, a visão sincrónica; e outro dinâmico, a visão diacrónica (Donas-Botto, 2012, p.34). No que respeita ao ponto de vista sincrónico este assenta no estudo de um modelo de povoamento de determinada época; para a vertente diacrónica devemos focar-nos na evolução desse mesmo modelo de povoamento na área estudada (Zapatero e Mazota, 1988, p.47). Segundo David Clarke devemos analisar o território tendo em conta três níveis: Macro (Região); Semi-micro (sítio arqueológico e área circundante) e Micro (dentro do sítio arqueológico) (Donas-Botto, 2012, p.34). No nosso caso decidimos inicialmente incidir numa abordagem sobre o nível *Semi-micro*, ou seja, ao nível local para posteriormente cruzar os dados ao nível Macro, definindo como a região o território do actual concelho de São João da Pesqueira. Assim, procuramos compreender as relações entre grupos humanos e os espaços geográficos que ocuparam. Tentando abranger os motivos que levaram determinado grupo humano a ocupar determinado sítio, que lugares ocuparam e porquê. Em suma, ao estudarmos o território devemos ter em atenção as características Natureza-Homem, Homem-Natureza e Homem-Homem. Ou seja ter em atenção aspectos como o clima, tipos de solo, tamanho dos sítios arqueológicos, tipos de exploração e materiais existentes (Zapatero e Mazota, 1988). As fontes orais, toponímia assim como estudos anteriormente realizados para a nossa área de estudo serviram-nos como rampa de lançamento para a análise espacial que nos propusemos levar a cabo. No nosso caso, após esse estudo prévio, socorremo-nos dos SIG; “Arqueologia da Arquitectura”; Arqueometria, através da prospecção geofísica, e Arqueogeografia; para além da utilização de métodos de prospecção arqueológica (Donas-Botto, 2012, p.36). De facto, a Arqueologia Extensiva conduz à utilização de outras ciências dentro da Arqueologia, mas sempre com a preocupação de utilizar métodos não destrutivos (*Ibidem*). Citando André Bazzana, propusemo-nos a realizar uma “arqueologia sem escavações” (Bazzana, 1994, p.8).

Decidimos recorrer ao método da prospecção intensiva por amostragem. No que diz respeito à prospecção intensiva por amostragem, esta permite, alargar um pouco a área de estudo, visto apenas algumas parcelas serem prospectadas. Para tal são definidas amostras, locais a prospectar, de preferência de pequenas dimensões e no maior número possível. Deve-se sempre tentar cobrir pelo menos 20% do total da área analisada de forma a obter uma melhor representatividade no estudo (Carvalho, 2006, p.69). Este tipo de prospecção pode ser de dois tipos: dirigido ou estatístico. A prospecção intensiva dirigida consiste, basicamente, na selecção prévia de certos tipos de áreas – geralmente escolhidas por oferecerem à partida mais garantias de apresentarem povoamento antigo. Se essas unidades de prospecção forem posicionadas em lugares específicos e com um potencial arqueológico alegadamente maior, poderemos ver aumentadas as probabilidades de um maior número de sítios serem registados, e com um gasto menor de tempo e de recursos (Donas-Botto, 2012, p.41).

Tendo em atenção esta metodologia, prospectamos um total de catorze locais em toda a área de estudo. Na sua maioria preferimos levar a cabo relocalizações visto existir uma diferença de quase vinte anos entre a sua identificação e o nosso estudo. Estas relocalizações prenderam-se também ao facto de não concordarmos com uma cronologia atribuída estritamente ao período romano. Obtivemos assim um total de sete sítios relocalizados, acrescentando *Castelo Velho*, *Quinta do Mileu* e *Quinta de Covas*, mais uma área de aproximadamente 7km² entre São João da Pesqueira e o sítio *do Cerro do Bastião*, e as três áreas urbanas de São João da Pesqueira, Trevões e Paredes da Beira. Acrescentando o sítio de Forna da Telha – encontrado por acaso – perfazendo assim o total de catorze sítios, percorremos assim aproximadamente 28km² o que nos aproxima do valor mínimo de 20% de área a prospectar (*Ibid*, pp. 41-44). Após os exercícios de prospecção arqueológica, recorreremo-nos da disciplina da arqueogeografia, com o intuito de realizar uma leitura das formas urbanas da vila de São João da Pesqueira. Não devemos esquecer que: “a forma é a totalidade da unidade complexa organizada que se manifesta fenomenicamente enquanto todo no tempo e no espaço” (Morin *apud* Costa, 2010, p.43). As formas apresentam-se de diversos modos, não obedecendo a um tempo cíclico, são um testemunho daqui-

lo que já foi. Revelam-se como fósseis do passado na paisagem rural e urbana! (Donas-Botto, 2012, p.48). Analisando uma fotografia aérea vertical, foi então possível apresentar uma proposta do traçado da muralha medieval de São João da Pesqueira. Também para o estudo do centro histórico da vila foram realizados trabalhos de prospecção geofísica na Praça de St^a Maria. Foram utilizados os métodos da resistividade eléctrica e o método sísmico. Esta prospecção prende-se com o objectivo de identificar a igreja de Santa Maria, a mais antiga da vila, embora não se tenham identificado anomalias atribuíveis a estruturas foram detectadas anomalias que se podem atribuir a enterramentos provando assim a proximidade do templo que se tentou localizar. Socorremo-nos ainda também da “arqueologia da arquitectura”, identificando e registando um silhar em cotovelo reaproveitado na Porta do Sol no centro histórico de São João da Pesqueira, tal como outros dois elementos do mesmo género num muro no sítio de São Salvador do Mundo. Estes elementos ajudam a provar uma ocupação efectiva do território durante a Alta Idade Média, visto serem testemunhos arquitectónicos pré-românicos. Foi realizada também uma leitura parietal da igreja medieval abandonada de Covas.

A quantidade de vestígios romanos existentes em torno de Paredes da Beira, tal como uma rede viária fortemente implementada em seu redor. Leva-nos a acreditar e a propor estarmos perante uma capital de civitas. Ora, estando a nossa área de estudo em pleno território *arabrigense* apontamos, Paredes da Beira como o sítio mais seguro para essa localização. Jorge de Alarcão informa-nos que *Omina* seria o topónimo dessa capital (Alarcão, 2001, p.167; *Ibid*, 2004, p.330).

Deixando de parte o período romano, esta informação revela-se importante devido ao facto da localização de paróquias corresponder, grosso modo, à localização da anterior capital de *civitas* (Fernandes, 1997, pp. 32 a 34). Esta será a forma administrativa mais importante para nós, pois acabará por influenciar toda a organização territorial durante a Idade Média. O paroquial suevo é também um importante documento para ponto de partida de investigações, devido à riqueza toponímica aí existente. Embora não tenha existido uma continuidade na toponímia, nada leva a crer que o paroquial tenha sido uma falsificação, só por essa toponímia já não existir. Aliás, seria mesmo necessária uma grande imaginação por parte

do forjador para criar uma toponímia tão rica e tão vasta como a existente no documento (Fernandes, 1997, pp. 47 a 49). Já Pierre David tinha aludido ao mesmo, garantindo a autenticidade do documento para a época em que foi redigido assim como a sua genuinidade (David, 1947, pp. 75 e 82).

Teve então inicialmente a organização paroquial o seu desenvolvimento no *territorium civitatis* (Fernandes, 1997, p.34). Mesmo tendo, as *civitas*, um lugar preponderante na organização territorial, estas não seriam sempre o mesmo para a sede de bispado. Estes eram em número muito inferior ao das capitais de *civitas*. Muitas destas sedes seriam inicialmente apenas sedes paroquiais, vindo a tornar-se em bispados, mais tardiamente, por volta do séc. VI, como por exemplo Lamego que é o caso que nos interessa (Ibidem). O território por nós abordado teria alternado entre as dioceses de Viseu, Calábria/Caliabrica e Lamego, contudo acabou por ficar definitivamente dentro do território diocesano de Lamego (Ibid, pp.125 a 129).

O facto de não existir nenhuma relação toponímica com Omina no nosso território, não acreditamos que tal seja impeditivo desta proposta ganhar força. A sugestão desta localização assenta, tal como já referimos, nos vestígios materiais presentes em Paredes da Beira, assim como da análise territorial efectuada na sua envolvência. Na verdade, a toponímia não é algo estático e vai sofrendo alteração (Donas-Botto, 2012, p. 72). Pensarmos que o topónimo se manteria inalterado, ou simplesmente se manteria, é induzirmo-nos a nós próprios em erro, a movimentação de pessoas e ideias acaba por levar à alteração da toponímia existente na área onde residem (David, 1947, pp.74/5; Fernandes, 1997, p.13). Neste caso, parece dever-se a Fernando Magno a atribuição do topónimo “Paredes” devido à enorme quantidade de “paredes velhas” aí existentes (Costa, 1979, Vol. II, p. 212/3).

A par destes dados apontamos a atribuição de carta de foral por parte de Fernando Magno entre 1055 e 1065 no contexto da *campanha das beiras*, como prova da importância de Paredes da Beira. Pensamos ainda, que o nosso território estaria incluído não numa área marginal do bispado de Lamego, mas sim, numa posição mais central, visto entendermos Marialva, *civitas Aravorum*, como a paróquia de *Aravoca*, também esta pertencente a Lamego. Desta forma, o território diocesano seria mais “compacto” e mais regionalizado, sem ter uma longa extensão para ocidente (Donas-Botto, 2012, p.73).

Embora se tenham vivido momentos de instabilidade após a conquista árabe da Hispânia, o quadro paroquial parece ter tido continuidade após esta, e mesmo durante a Reconquista (David, 1947, p.117). Tendo a maioria das populações de entre o Douro e O Tejo pactuado com o invasor, as dioceses visigóticas dessa região não terão sofrido muitas destruições com a conquista, nem acabaram por ser militarizadas como aconteceu no Sul69 (Catarino, 2005, p.195). De facto, durante todo o período que vai do início da reorganização paroquial até à Reconquista, podemos assistir a uma certa conservação da organização agrária e, mesmo, das *villae* durante o período após a queda do império à reestruturação eclesiástica (Fernandes, 1997, pp.26 a 29).

No que diz respeito aos territórios rurais, o espaço da *villa* durante este período seria constituído por um conjunto de herdades, quintas ou casais (Brochado, 2004, p.80) e não apenas por uma propriedade dividida entre *pars rustica* e *pars urbana*. Esta divisão existia, mas agora de forma bastante mais ampla. Contudo, não devemos esquecer a transição de um mundo hispano-godo para uma Península Ibérica mais “cosmopolita”, que com a chegada de populações árabes e berberes conheceu novas formas de ocupação territorial e exploração agrária. Com esta nova abordagem conhecem-se novas divisões territoriais e ocupações, com um outro cariz, que não só o agrário, multiplicando-se a fortificação de espaços habitados (López Quiroga, 2009, pp.113 a 115).

No que diz respeito aos aglomerados populacionais estamos perante duas áreas distintas: uma numa zona mais de serra; e uma outra junto ao vale do Douro. Mas antes de nos focarmos nesta matéria devemos fazer menção a outro aspecto. Grosso modo, estes aglomerados mantiveram-se ocupados até aos dias de hoje, correspondendo às localidades que actualmente compõem o concelho que engloba a nossa área de estudo. Estamos indubitavelmente perante aglomerados agro-pastoris, que acabaram por se fixar muitas das vezes próximo de antigos povoados como iremos ver (Donas-Botto, 2012, pp.73/4). Após a evolução vincada na predominância inicial das *villae*, estas terão desencadeado uma ocupação territorial mais vasta e complexa dando lugar a um habitat mais amplo e aglomerado, as aldeias (López Quiroga, 2009, pp.54 a 57).

Para além de Paredes da Beira, São João da Pesqueira e São Salvador do Mundo nas suas proximidades são outro exemplo do percurso evolutivo na ocupa-

ção territorial desta área. O sítio mais importante, inicialmente, seria indubitavelmente São Salvador do Mundo, como já tratamos algumas vezes até este momento. Com uma diacronia ocupacional desde a pré-história recente, durante a Idade do Ferro terá sido um importante povoado (Donas-Botto, 2012, p.76). É no sítio de São Salvador do Mundo que encontramos o mais importante testemunho alto-medieval de São João da Pesqueira, um eremitério rupestre. O ermitério de São Salvador do Mundo está localizado numa plataforma a meio do monte entre as capelas número cinco e seis do santuário, nas imediações do santuário proto-histórico romanizado (*Ibid*, p.99).

O acesso ao local é feito por degraus em parte escavados no afloramento granítico, no último degrau desta escadaria podemos encontrar uma cruz gravada na rocha assim como negativos de uma porta⁹⁶ que marcaria a entrada do local. Deparamo-nos logo com uma primeira antecâmara, toda escavada em afloramento granítico com um pequeno nicho escavado na rocha. É a partir desta antecâmara que se tem acesso ao eremitério propriamente dito. Através de uma entrada vertical, sendo necessário recorrer a uma escada, descemos ao corredor que dará acesso à câmara principal. Este é escavado no granito aproveitando a união de dois grandes blocos. O corredor tem a largura de sensivelmente oitenta centímetros com uma altura de quase dois metros por um comprimento de dez metros aproximadamente. Após este corredor encontramos o salão principal, ou câmara, do ermitério com aproximadamente cinco metros de diâmetro e sete de altura. Neste local encontramos cinco nichos escavados no afloramento granítico a meio da parede norte da estrutura parece ser visível uma inscrição gravada na vertical: “A M”, existiria nesta câmara um acesso a uma outra inferior (*Ibid*, pp.99 a 100). Este é mais um dos testemunhos que nos levam a cada vez mais desacreditar teoria do ermamaneto do Douro durante a Alta Idade Média.

No nosso ponto de vista estamos mesmo perante três fases de evolução espacial. Uma primeira perante uma situação de estabilidade tardo-romana, em que as influências territoriais se mantêm em torno da capital de *civitas* e os aglomerados habitacionais surgem estritamente relacionados em torno das *villae* (Gutiérrez González, 2011, p.13). A segunda fase corresponderia a um momento de transição territorial onde São João da Pesqueira ganha importância em relação a Paredes da Beira, mas onde São

Salvador do Mundo ainda possuiria uma ocupação habitacional efectiva. Por fim, a terceira fase corresponderá a um período em que a situação alto-medieval experimenta uma alteração mais radical e existe uma ruptura com as divisões anteriores, surgindo uma divisão territorial semelhante à que existiria aquando da conquista de Fernando Magno (Donas-Botto, 2012, p.79).

Nesta terceira fase terá existido uma organização territorial dos termos, para que reunissem os aglomerados sobre os quais, tanto Paredes da Beira como São João da Pesqueira, exerciam influencia (Mapa VI), principalmente sobre as antigas *villae* e explorações agrícolas. Assim, do território de Paredes da Beira fariam parte: Paredes da Beira; Riódades; Trevões e Várzea de Trevões. O território de São João da Pesqueira englobaria: São João da Pesqueira; Covas; Nagoselo e Soutelo do Douro; Ervedosa; Vilela (posteriormente Vilarouco) e Vale de Figueira. Covas e Vilela seriam locais periféricos do termo de São João da Pesqueira, próximos do rio Torto que marcaria a fronteira entre Paredes da Beira e São João da Pesqueira. Esta organização corresponderá certamente ao século X, quando a aristocracia (sobretudo régia) começa a agrupar pequenas explorações agrícolas em grandes territórios, existindo também uma reestruturação militar, como abordaremos no subcapítulo dedicado às defesas, e uma organização monástica que levará ao reaparecimento de referências escritas em alguns locais. Esta estruturação territorial serve como prova de uma constante ocupação deste espaço. Se estivesse abandonado, certamente não assistiríamos a esta fragmentação de um grande território em dois, nem tão pouco à existência de vestígios altomedievais em algumas das *villae*, como os exemplos de *Chões de Vilela* e *Acheira* (*Ibid*, p.80).

Concluindo, a partir dos recursos da Arqueologia Extensiva foi-nos possível levar a cabo uma leitura do desenvolvimento territorial na nossa área de estudo. Durante a análise que fizemos, constatámos que, tal como aconteceu em outras regiões, também esta parece ter seguido aquilo que acabou por se tornar um frequente percurso evolutivo entre a antiguidade tardia e os tempos mediévicos. O abandono dos povoados abertos para reocupar os topos dos montes, ou, então, locais mais facilmente defensáveis parece surgir como norma na nossa área de estudo. A reocupação, total ou apenas com intuídos militares, utilizando como atalaia, os antigos

povoados da Idade do Ferro parece ser também uma das outras constantes, não só nesta como em outras regiões. Através da quantidade e qualidade dos vestígios existentes em torno de Paredes da Beira será, nesta etapa – Antiguidade Tardia – seguro afirmar ser nesta localidade que Omina, capital de *civitas* romana, se poderá ter convertido em paróquia sueva. A vasta rede viária com formação radioconcêntrica em torno desta localidade transforma-se num perfeito indicador dessa mesma importância, que se prolonga na Alta Idade Média, e acaba por dar, na nossa opinião, consistência à nossa proposta teórica. Por fim, afirmando uma vez mais que todos os dados por nós apresentados poderão ser a prova da continuidade ocupacional deste território, durante a Alta Idade Média, parece-nos interessante observar a transferência de importância entre Paredes da Beira e São João da Pesqueira. Se, durante o período Romano e inícios da Alta Idade Média, Paredes da Beira, sem sombra de dúvidas, seria o local mais importante, pela segunda metade do ano mil, essa importância já teria recaído sobre São João da Pesqueira, que aparece, tanto no foral de Fernando Magno como nas confirmações seguintes, citada em primeiro lugar, e que continua a evoluir rapidamente, mantendo o seu castelo e cerca vilã, enquanto Paredes da Beira nunca chegou a possuir uma cerca muralhada, e mesmo tendo sido sede de concelho acabou por ser englobada no concelho de São João da Pesqueira. Este fenómeno é, na nossa opinião, em tudo semelhante à transferência de importância de Marialva para Mêda.

Em suma, embora o nosso estudo esteja dedicado a São João da Pesqueira, estivemos perante duas realidades medievais: um em torno do território medieval de Paredes da Beira, hoje paróquia e freguesia; e a realidade em torno do território de São João da Pesqueira, hoje sede de concelho e arcebispo do Bispado de Lamego.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, Jorge de (1996) – Para Uma Conciliação das Arqueologias – “Histórias e Ideias”, 7, Edições Afrontamento, Porto.

ALARCÃO, Jorge de (2001) – *As paróquias suélicas do território actualmete português*. In F. VILLAR e M. P. FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, eds. – *Religión, lengua y cultura prerromanas de Hispania* – Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, pp. 29-59.

ALARCÃO, Jorge de (2004) – Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia I – In: *Revista portuguesa de Arqueologia*, volume 7, número 1, pp. 317-342.

BAZZANA, André (1994) – Arqueologia Estensiva. Metodos y Algunos.

Resultados – In: *Paisajes rurales e paisajes urbanos: Metodos analisis en historia medieval*, Actas do III Seminário de História Medieval, Universidade de Zaragoza, Zamora, pp. 7-27.

BROCHADO, Cláudio Roberto Laranjeira (2004) – *Povoamento tardo-romano e altimedieval na bacia terminal do rio Lima (Séculos IV – XI)* – Dissertação de mestrado apresentada à faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

CARVALHO, Pedro C. (2006) – *Cova da Beira: ocupação e exploração do território na época romana (um território rural no interior norte da Lusitânia)* – Dissertação de Doutoramento em Arqueologia.

CATARINO, Helena (2005) – “Notas sobre o período islâmico na Marca Inferior (Tagr al-Gharbí) e as escavações na Universidade de Coimbra” – In: *Muçulmanos e Cristão entre o Tejo e o Douro (Sécs.VIII a XIII)*, Câmara Municipal de Palmela, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Palmela, pp.195-214.

COSTA M. Gonçalves da (1977) – *História do Bispado e Cidade de Lamego* – vol. 1 e 2.

DAVID, Pierre (1947) – *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e au XII^e siècles* – Lisboa, Portugália Editora.

DONAS-BOTTO, André (2012) – São João da Pesqueira: Subsídios para o estudo do território medieval – Dissertação de mestrado apresentada à faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.

FERNANDES, A. De Almeida (1997) – *Paróquias suevas e dioceses visigóticas* – Arouca.

GUTIÉRREZ GONZÁLES, J. Avelino (2011) – “Modelos de transformación del paisaje antiguo y configuración de los nuevos espacios de ocupación en el norte peninsular” In: PÉREZ LOSADA, F. (Ed.) – *Hidacio da Limia e o seu tempo: a Gallaecia sueva / A Limia na época medieval* – Serie Cursos e Congresos nº 5, Xinzo de Limia.

LÓPEZ QUIROGA, Jorge (2009) – *Arqueología del hábitat rural en la Península Ibérica (siglos V al X)* – Biblioteca básica 2, Madrid.

RIBEIRO, Maria do Carmo F. (2001) – *A Arqueologia e as Tecnologias de Informação. Uma Proposta para o Tratamento Normalizado do Registo Arqueológico* – Dissertação de Mestrado em Arqueologia: Especialização de Arqueologia Urbana, Universidade do Minho, Braga.

ZAPATERO, G. Ruiz e MOZOTA F. Burillo (1988) – “Metodología para la investigación en arqueología territorial” – In: *MUNIBE (Antropología y Arqueología)*, San Sebastian, pp. 45-64.

MAPA V

Distribuição do Património Arqueológico No Concelho de São João da Pesqueira

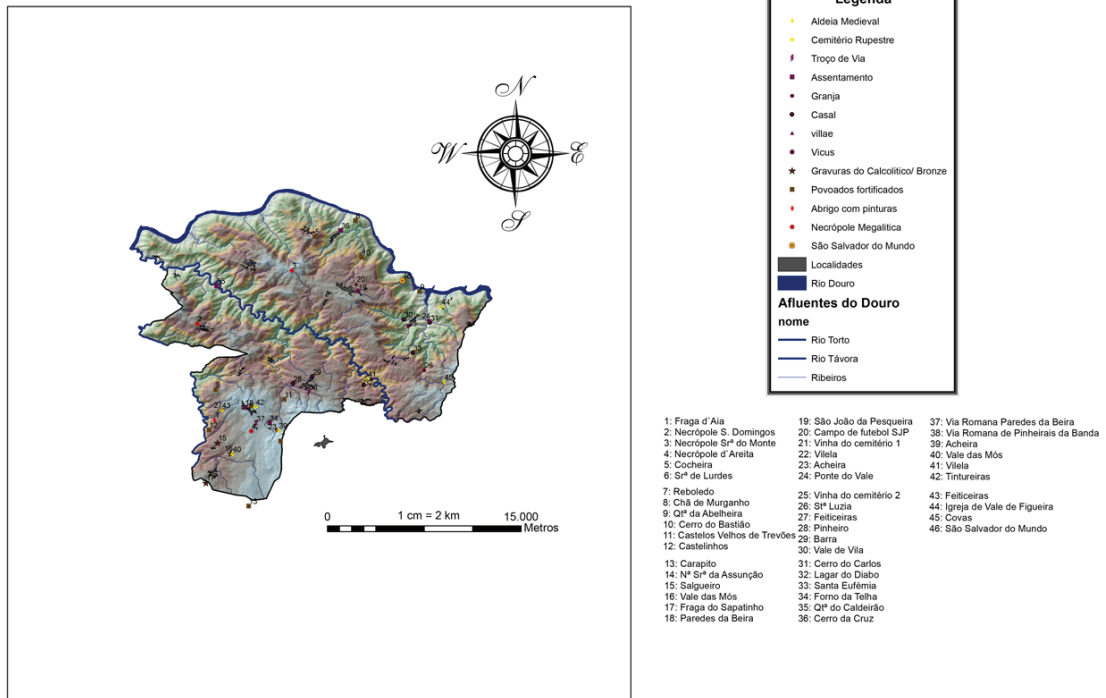


Figura 1 – Mapa de São João da Pesqueira com localização dos sítios arqueológicos.

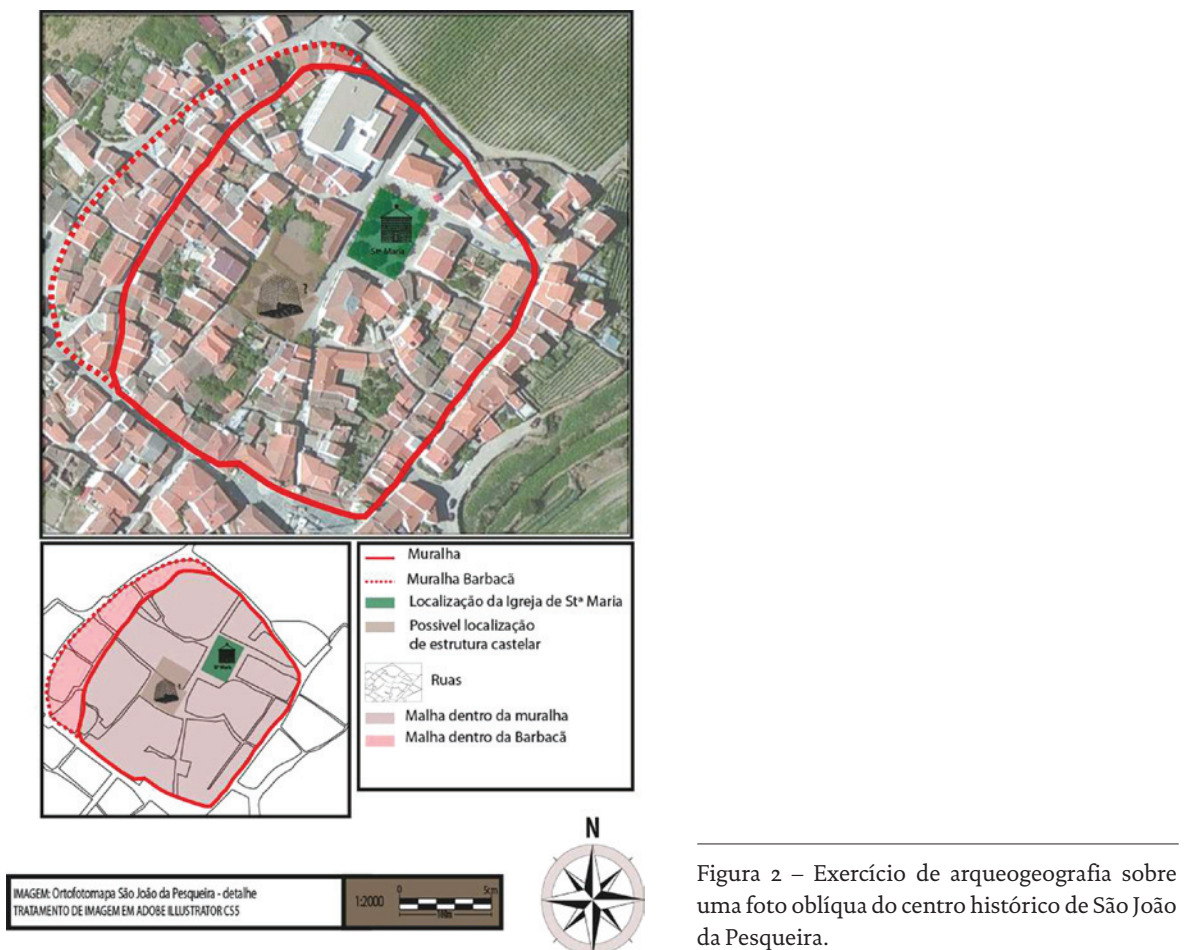


Figura 2 – Exercício de arqueogeografia sobre uma foto oblíqua do centro histórico de São João da Pesqueira.

Representação gráfica das anomalias detectadas

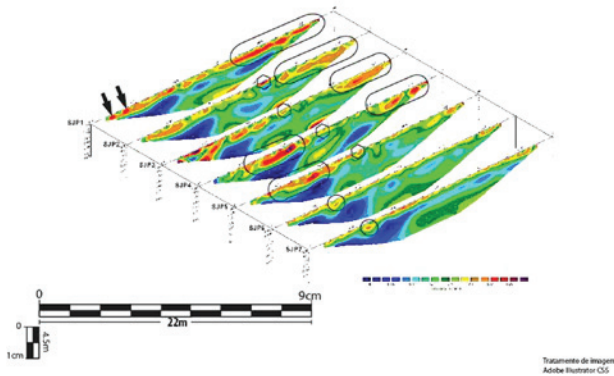


Figura 3 – Anomalias detectadas durante a prospecção geofísica.

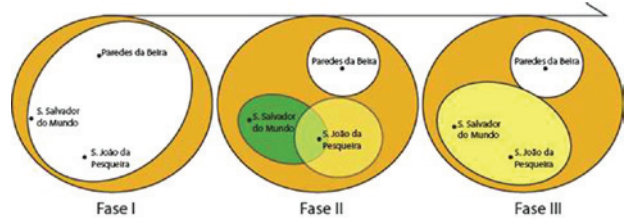


Figura 4 – Esquema exemplificativo da evolução territorial de São João da Pesqueira.

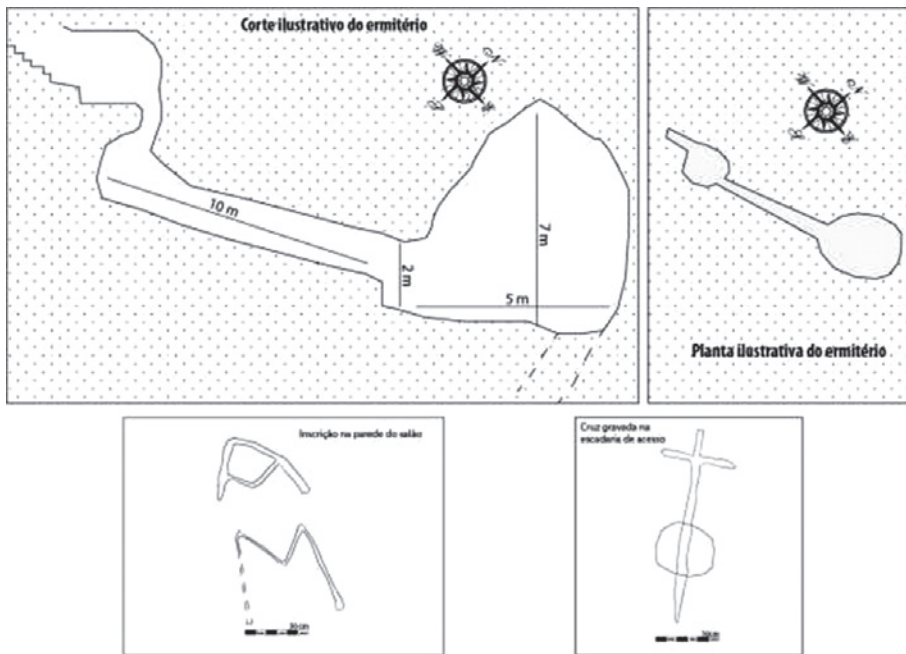


Figura 5 – Representação gráfica do eremitério.

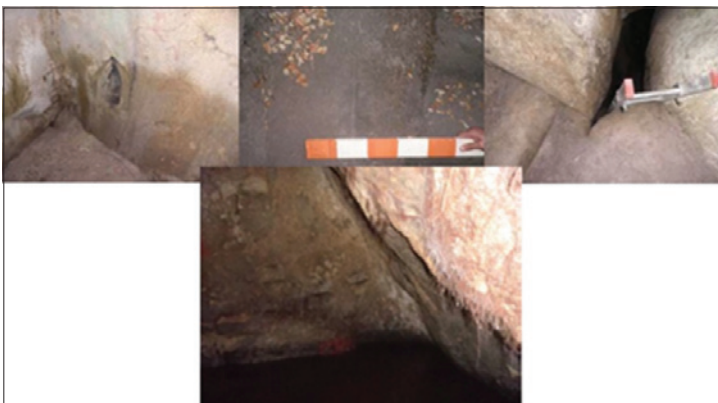
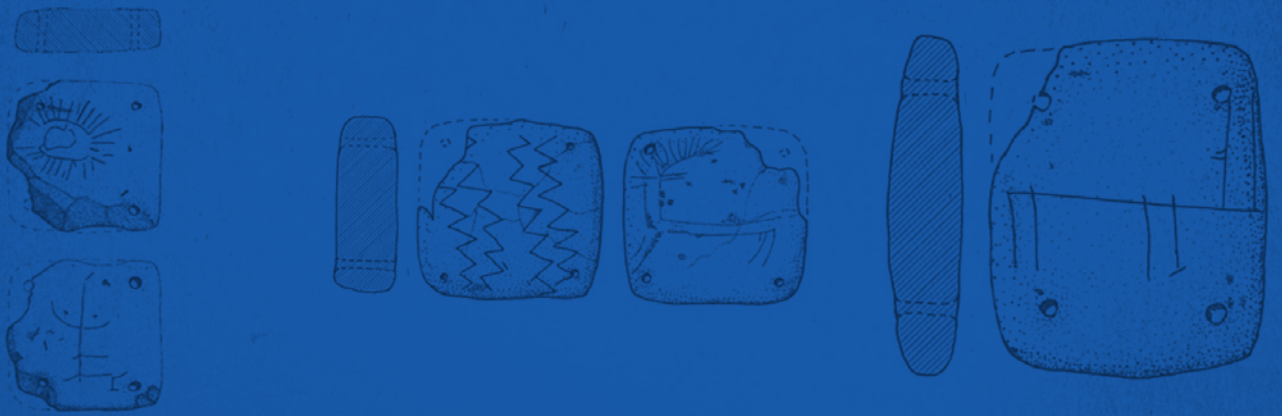
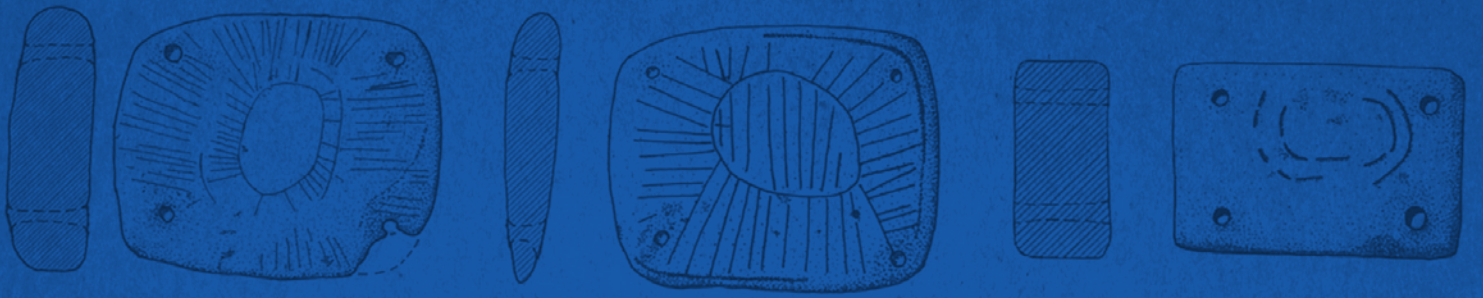
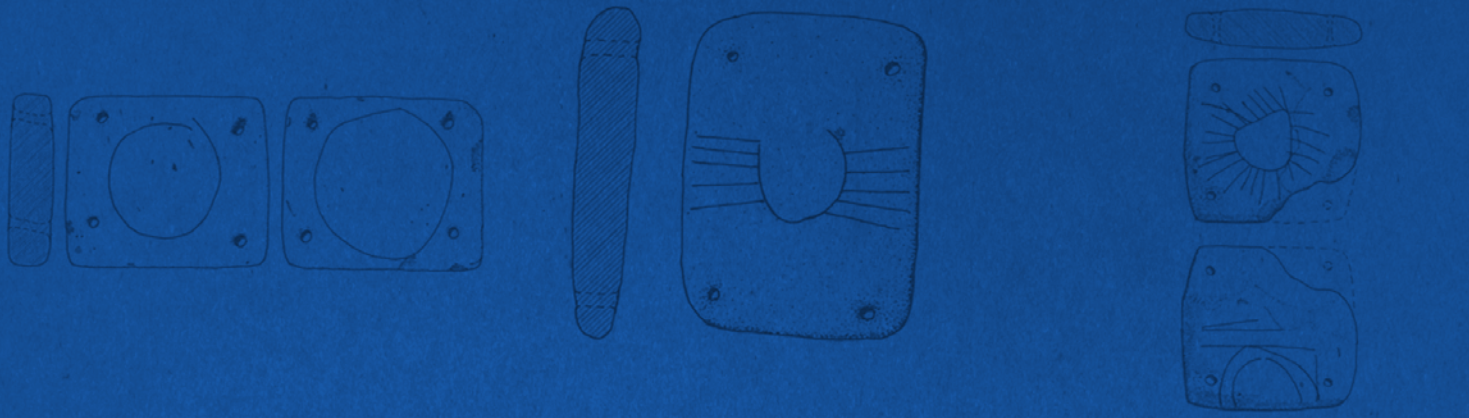


Figura 6 – Eremitério de São Salvador do Mundo.



AAP
ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES

Patrocinador oficial

Apoio institucional

FUNDAÇÃO
Millennium
bcp

BNP
BIBLIOTECA
NACIONAL
DE PORTUGAL

 GOVERNO DE
PORTUGAL


Parques de Sintra
Monte da Lua